

## **NUANCES DA RESPONSABILIDADE CIVIL DE PROFISSIONAIS LIBERAIS DA SAÚDE E EQUIPES MÉDICAS**

**Karina Pregolato Reis\***

kpr.adv2010@gmail.com

**Marcelito Lopes Fialho\*\***

marcelito.fialho@bol.com.br

**Ricardo Bezerra de Oliveira\*\*\***

ricardo.oliveira@ifma.edu.br

### **RESUMO**

Apesar de muitas vezes profissionais liberais da área da saúde comporem equipes médicas para a realização de determinados procedimentos, há diferenças entre a atuação profissional individualizada e em equipe; bem como quanto ao tipo de obrigação assumida por cada profissional que, eventualmente, componha a equipe médica. No campo da responsabilidade civil, resulta em variantes, juridicamente, consideráveis.

**Palavras-chave:** Direito à Saúde; Responsabilidade Civil; Profissionais Liberais de Saúde; Equipes Médicas.

### **1 INTRODUÇÃO**

O tema da Responsabilidade Civil, assumida por profissionais liberais da área da saúde e por equipes médicas, assenta-se sob a necessidade de estabelecerem as eventuais diferenciações entre o profissional que atua sozinho e a atuação em equipe; bem como a gradação da responsabilidade individualizada dos profissionais, de acordo com a obrigação de cada um, na composição da equipe médica.

---

\* Advogada – OAB/SP. Palestrante. Mestranda em Direito da Saúde: Dimensões Individuais e Coletivas, pela Universidade Santa Cecília – UNISANTA. Graduada em Ciências Sociais, pela Universidade Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP de Marília/SP. Especialista em Gestão Pública, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (2016). Especialista em Direito Civil e Processual Civil, pela Faculdade Anhanguera de Bauru (2011). Graduada em Relações Internacionais (Bacharelado), pelo Instituto de Ensino Superior de Bauru – IESB (2014). Graduada em Direito (Bacharelado), pelo Instituto de Ensino Superior de Bauru (2009).

\*\* Professor e Advogado – OAB/GO. Mestrando em Direito da Saúde: Dimensões Individuais e Coletivas, pela Universidade Santa Cecília – UNISANTA.

\*\*\* Advogado – OAB/MA. Docente. Mestrando em Direito da Saúde: Dimensões Individuais e Coletivas, pela Universidade Santa Cecília – UNISANTA.

Tal estudo se mostra, juridicamente, relevante, em especial como objeto de estudo do Direito Constitucional, do Direito à Saúde e do Direito Civil Obrigacional.

De modo inaugural, traga-se à baila o instituto da responsabilidade civil, o qual está inserto no campo obrigacional do Direito Civil.

Da responsabilidade, decorre o dever de uma parte indenizar a outra por danos, eventualmente, causados. E, tal dever pode se originar da prática de um ato ilícito ou do descumprimento de uma cláusula contratual.

Segundo DAGOSTINI (2012, p. 01), a função da responsabilidade civil é restabelecer a ordem e o equilíbrio social e pessoal que havia, antes da ocorrência do dano.

Importa dizer, conforme ensina MELO (2013, p. 29), que o dano é o elemento fundamental a ser provado para que se cogite a indenização; haja vista a natureza de recomposição ou compensação a esta última atribuída. Para tanto, deve-se entender o dano como violação ao direito (material ou imaterial); e/ou, a agressão que cause a outrem a diminuição do valor (pecuniário, moral ou afetivo) de um bem, legalmente, protegido (como a vida e a saúde, por exemplo).

Todavia, a presente investigação científica não tem o condão de adentrar na esfera da responsabilidade civil dos Planos de Saúde, dos hospitais e das clínicas. Assim, o presente trabalho se volta ao estudo da responsabilidade civil de profissionais liberais de saúde e de equipes médicas, de modo a traçar eventuais comparativos nesta seara.

Para o desenvolvimento desse trabalho, buscou-se o apoio doutrinário e jurisprudencial pátrios, com a adoção dos seguintes métodos: a) de Abordagem: o sistêmico, o hermenêutico e o positivista; b) de Coleta: o bibliográfico e o documental; e, c) Procedimental de análise – qualitativa: análise do discurso.

Cabe salientar que a realização desse estudo não esgota a temática, sendo possível a elaboração de novos e futuros trabalhos; sobretudo, pela amplitude e pelo desdobramento que se obtém do campo da responsabilidade civil, na área da saúde.

## **2 DA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS DE SAÚDE**

Destaque-se que a responsabilidade contratual de um profissional liberal poderá gerar dois tipos distintos de reparação civil.

A primeira modalidade se traduz pela responsabilidade contratual subjetiva, na qual o profissional não se compromete ao alcance do resultado; traduzindo-se em obrigação de meio. Nesta, o profissional assume a obrigação de empregar todos os meios para o alcance do objetivo; porém, não se responsabiliza pelo seu alcance ou não.

Por sua vez, a segunda modalidade é a responsabilidade contratual objetiva; quando o profissional assume responsabilidade de resultado e se compromete a alcançar determinado resultado ou fim. Nesse caso, fica consubstanciada a promessa de um resultado.

Fundamental se torna o aprofundamento sobre as minúcias de cada uma das espécies, ora referidas.

### **3 DA RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS DE SAÚDE**

Inicialmente, entenda-se que o profissional liberal da área da saúde pode ser um médico, médico veterinário, dentista, enfermeiro, fisioterapeuta, farmacêutico, entre outros. Aos profissionais liberais da área da saúde, tem-se a incidência de regras do Código Civil Brasileiro – CCB e do Código de Defesa do Consumidor – CDC.

Embora seja mais comum se pensar na figura do médico, o estudo não está limitado a este; o qual é, apenas, um dos possíveis profissionais liberais, abarcados pela regra civil e consumerista. De modo a tornar mais elucidativo e exemplificativo, adota-se o profissional médico para as explicações que se seguem, nas próximas linhas.

Para a doutrina contemporânea, parte-se do pressuposto de que a natureza jurídica da prestação do serviço médico possui natureza contratual; e, assim sendo, a responsabilidade médica, também, é contratual. Entretanto, a obrigação assumida pelo profissional médico é considerada de meio; comprometendo-se à prestação de seu serviço, a partir das técnicas científicas disponíveis, com a sua aplicação conscienciosa.

Desse modo, MELO (2013, p. 67), ao citar Aguiar Dias, destaca que o objeto do contrato médico não é a cura do paciente; mas, sim, a administração de cuidados

consciosos. Por essa razão, a relação contratual não detém o condão de presunção da culpa.

O contrato, por sua vez, pode ser entabulado de modo tácito, verbal ou escrito. Não é exigível que seja escrito, pois basta o encontro de vontades, quanto ao desenvolvimento da relação. Para o adimplemento do contrato, não é essencial a cura; mas, sim, o zelo e a dedicação profissionais; pois, para a cura, outros fatores, alheios à vontade do profissional, precisam contribuir, como a dedicação do paciente e seu próprio organismo. Trata-se, “quase sempre de um contrato oneroso, de trato sucessivo e comutativo”. É, também, bilateral, com a imposição de obrigações recíprocas. (MELO, 2013, p. 68).

A título de responsabilidade civil, o médico responde pelos danos causados no exercício da profissão, mediante a comprovação de culpa (imprudência, negligência e imperícia). Isso porque, aos médicos são aplicáveis os Artigos 14, §4º do Código de Defesa do Consumidor; e, 951 do Código Civil Brasileiro; tendo em vista serem profissionais liberais; assim, como ocorre, a título de comparação, com advogados. Importa dizer que o alcance dos resultados, na atividade médica, não depende, exclusivamente, da capacidade, dos conhecimentos e do empenho profissional. (MELO, 2013, p. 97).

Segundo MELO (2013, p. 97), o Magistrado Jurandir Sebastião faz uma advertência quanto à obrigação do médico ser de meio e não de resultado; porém, se faz necessária a demonstração, por parte do profissional, de que houvera a “correta aplicação de todos os meios materiais e profissionais”.

Por conseguinte, tem-se certa flexibilidade para que a conduta médica seja verificada; e, como consequência, há uma exceção quanto ao ônus da prova: não é aplicável a regra consumerista e cabe ao lesado comprovar o desvio de conduta do profissional (por ação ou omissão) fora do padrão que seria o esperado. Inclusive, para a demonstração do nexo de causalidade, há que se provar que a conduta do profissional resultara em danos que devam ser indenizáveis.

MELO (2013, p. 98) sustenta que existem três verdades a respeito do erro médico: a verdade do paciente, a verdade do médico e a verdade real.

Como dito, anteriormente, a regra aplicável a médicos é extensível a outros profissionais liberais da área da saúde, os quais, também, terão que incorrer em culpa (por negligência, imprudência e/ou imperícia); não bastando se alegar, em processo, a

não obtenção de resultados/cura. Isto é, em regra, o profissional liberal não se compromete com a cura ou com o alcance de algum resultado. Mas, ele se compromete a prestar seus serviços, de maneira zelosa, com a aplicação dos conhecimentos científicos e com prudência.

Quando a responsabilidade civil se pauta no princípio da culpa, está-se diante da responsabilidade subjetiva e devem ser demonstrados o dano, o nexo de causalidade e a conduta culposa do agente que dera causa ao dano. Assim, deve, também, ser provada que sua conduta se dera por negligência, imprudência ou imperícia.

No intuito de aclarar a aplicação de tais regras a outros profissionais, mencione-se o serviço prestado por dentistas. A responsabilidade civil, na Odontologia, é, precipuamente, subjetiva e reclama o preenchimento de cinco requisitos, a saber: o agente (cirurgião dentista, legalmente habilitado); o ato profissional (os atos de natureza profissional); a ausência de dolo (culpa profissional, praticada sem a intenção de prejudicar, incorrendo em imprudência, negligência ou imperícia); a existência de dano (ocorrência de uma consequência danosa ou um prejuízo para o paciente); e, a relação ou o nexo entre causa e efeito (relação direta ou indireta entre o ato profissional e o dano produzido – nexo causal).

Para fins específicos do exercício da profissão, a doutrina considera que o Cirurgião Dentista necessita de uma avaliação anamnética completa do paciente; de modo a lhe propiciar um diagnóstico preciso para a elaboração de seu plano de tratamento. Ademais, deverá, também, prever as possíveis intercorrências e apresentar o prognóstico adequado, conforme ensina ARANTES (2016, p. 107).

Vários podem ser os problemas enfrentados pelo profissional; mas, certamente, o erro na escolha da espécie de tratamento que se aplicará ao caso específico é o mais comum e pleiteado, judicialmente. Em todo caso, não se podem descartar eventuais falhas de equipamentos e no uso de tecnologia retrógrada e ineficaz para o melhor diagnóstico.

Outrossim, aos Cirurgiões Dentistas, incumbe optar pelo tratamento menos perigoso, sempre que possível, sendo dispensável tal conduta, apenas em caso de urgência ou comprovada necessidade. Também, incumbe-lhes a exatidão e a atualização dos prontuários de seus pacientes; além da adoção de medidas como a autorização e o

consentimento do paciente ou de algum responsável por ele; em especial, quando realiza o tratamento de pacientes deficientes.

Danos odontológicos, portanto, podem ser causados por condutas (comissivas ou omissivas), a partir da falta da devida diligência profissional; incorrendo em negligência, imprudência ou imperícia.

#### **4 DA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA A RESPEITO DE PROFISSIONAIS LIBERAIS DE SAÚDE E A RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA**

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território - TJDF<sup>4</sup>, em seus acórdãos, assim, contribui para a jurisprudência pátria, no tocante à responsabilidade civil subjetiva dos profissionais liberais:

**EMENTA:**

RESPONSABILIDADE CIVIL. CLÍNICA ODONTOLÓGICA. PROFISSIONAL LIBERAL. TRATAMENTO ODONTOLÓGICO. OBRIGAÇÃO DE MEIO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NÃO COMPROVADA. I - A responsabilidade civil da clínica odontológica é objetiva (art. 14 do CDC). Já a responsabilidade civil do profissional liberal é subjetiva, de modo que incumbe ao paciente comprovar a conduta culposa do profissional, os danos sofridos e o nexo de causalidade (art. 14, §4º, do CDC). II – Em se tratando de obrigação de meio, o ortodontista tem o dever de empregar técnicas adequadas e eficientes, mas não podem ser responsabilizados pelo insucesso do resultado. III – Não comprovada a falha na prestação dos serviços, uma vez que os profissionais adotaram os procedimentos indicados e necessários para o tratamento do paciente, não há se falar em reparação de danos. IV – Negou-se provimento ao recurso. (Acórdão n. 869445, Relator Des. JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Revisor Des. CARLOS RODRIGUES, 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 20/5/2015, Publicado no DJE: 2/6/2015).

**EMENTA:**

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA. PROFISSIONAL LIBERAL. CULPA NÃO DEMONSTRADA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS. OBRIGAÇÃO DE MEIO. 1 - Incompetência. Complexidade. Dispensa da prova pericial. Descaracterização. Não há necessidade de perícia quando os fatos controvertidos podem ser esclarecidos à luz de outras provas, especialmente pelo exame da prova documental. Precedentes (Relator(a): ARNALDO CORRÊA SILVA ACJ20150410079143) Preliminar que se rejeita. 2 - Cerceamento de defesa. Indeferimento de provas. Cabe ao Juiz indeferir as provas excessivas, impertinentes ou protelatórias (art. 33 da Lei 9.099/1995).

<sup>4</sup> Disponível em: < <http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia/jurisprudencia-em-foco/cdc-na-visao-do-tjdft-1/responsabilidade-civil-no-cdc/responsabilidade-do-profissional-liberal>>. Acesso em: 09 set. 2018.

Não restou demonstrada a necessidade de prova oral para apuração da responsabilidade civil, quando o conjunto probatório existente nos autos já se mostra suficiente para dirimir a controvérsia, pelo que não há cerceamento de defesa. 3 - Ônus da prova. A regra da divisão subjetiva do ônus da prova, prevista no art. 333 do CPC, deve ser obtemperada no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, em face do maior poder de direção do juiz (art. 33 da Lei 9.099/95) e da prevalência das regras de experiência comum (art. 5º e 6º da Lei 9.099/95). Ademais, a inversão do ônus probatório presume a demonstração da verossimilhança da alegação ou hipossuficiência da parte, segundo as regras ordinárias de experiência. 4 - Responsabilidade civil subjetiva. Profissional liberal. Para apuração da responsabilidade civil dos profissionais liberais, além do dano e do nexo de causalidade, é imprescindível a aferição da conduta culposa, sem o que não há obrigação de indenizar (Art. 14, § 4º CDC). Não havendo indicação no caso concreto de que o profissional agiu com culpa nas intervenções cirúrgicas no animal de estimação do autor não há como lhe imputar a obrigação de indenizar pelo óbito. Ademais, o contrato de prestação de serviços veterinários é de obrigação de meio, de sorte que o profissional não responde pelo resultado danoso, salvo se demonstrada a culpa. Recurso a que se dá provimento para julgar improcedente o pedido. 5 - Recurso conhecido e provido. Sem custas e sem honorários advocatícios. (Acórdão nº 939288, Relator Des. JOÃO LUIS FISCHER DIAS, Relator Designado Des. AISTON HENRIQUE DE SOUSA, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 15/3/2016, Publicado no DJE: 09/5/2016).

De modo similar, têm-se as ementas de acórdãos, proferidos pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROFISSIONAL LIBERAL. ORTODONTISTA. ARTIGO 14, PARÁGRAFO 4º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO.

(TJ-RS - AC: 70040587248 RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Data de Julgamento: 26/01/2011, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/02/2011)<sup>5</sup>

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. CIRURGIA PLÁSTICA COM CARÁTER CORRETIVO. OBRIGAÇÃO DE MEIO. CICATRIZES POR QUEIMADURA RESULTANTES DE ACIDENTE COM MOTOCICLETA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROFISSIONAL LIBERAL APURADA MEDIANTE VERIFICAÇÃO DE CULPA. ART. 14, § 4º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ERRO MÉDICO NÃO EVIDENCIADO. A responsabilidade civil do médico, versando a hipótese obrigação de meio, como no caso em apreço, é de ordem subjetiva, nos termos do art. 14, § 4º, do CDC, exsurto o dever de indenizar somente quando houver prova convincente evidenciando conduta culposa em sentido amplo (culpa "lato sensu"). Situação concreta retratada no feito da qual se infere que o laudo pericial, cujas conclusões embasaram o veredicto de

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22904650/apelacao-civel-ac-70040587248-rs-tjrs?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 09 set. 2018.

primeira instância, apresenta conclusão afastando a hipótese de erro médico, incorreção ou ineficiência do método empregado na cirurgia estética corretiva a que a autora se submeteu visando reparar ou minimizar cicatrizes de queimadura advinda de acidente com motocicleta. APELO DESPROVIDO (Apelação Cível Nº 70054721568, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miguel Ângelo da Silva, Julgado em 24/06/2014)<sup>6</sup>

Percebe-se que a responsabilização civil dos profissionais liberais se traduz em uma exceção à regra, insculpida pelo Código de Defesa do Consumidor; pois, deverá ser apurada, mediante a comprovação não somente do dano e seu nexo de causalidade; mas também, da culpa por parte do causador.

Trata-se, portanto, de responsabilidade subjetiva, em razão da atividade de meio exercida por tais profissionais. Ademais, estes se comprometem ao emprego de toda a perícia, prudência e ciência; mas, não ao alcance de um resultado.

Para as decisões, nitidamente, o Artigo 14, §4º do Código de Defesa do Consumidor fora o alicerce sobre o qual elas se apoiaram.

## **5 DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS DE SAÚDE**

A responsabilidade civil objetiva para profissionais liberais da área da saúde configura exceção à regra da responsabilidade subjetiva. Ela existe para regular situações demasiado específicas, em que o profissional assume a obrigação de resultado. Como exemplos, citem-se os médicos contratados para cirurgia estética; ou, ainda, os dentistas que prometem resultados específicos a seus pacientes.

Toda vez que a responsabilidade assumida impuser uma obrigação de resultado, o profissional responderá, independentemente, de sua culpa, o que permite ao paciente demonstrar tão somente o dano e a relação de causalidade.

Assim, para efeitos da obrigação de resultado, tem-se que o profissional assume a responsabilidade por atingir e conseguir um determinado resultado, com o tratamento proposto; ao passo que a obrigação de meio lhe impõe tão somente agir com diligência.

## **6 DA RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EQUIPES MÉDICAS**

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/125112747/apelacao-civel-ac-70054721568-rs>>. Acesso em: 09 set. 2018.



Suscintamente, à luz da melhor doutrina (MELO, 2013, p. 132), pode-se concluir que a atuação da equipe médica é, em regra, avaliada sob a perspectiva da responsabilidade subjetiva; o que torna imprescindível a comprovação da culpa e do nexo de causalidade. Entretanto, ao se analisar um caso concreto que envolva equipe médica, o profissional que dera ensejo ao dano pode ser alcançado, individualmente.

Por consequência, tem-se que, apesar de a responsabilidade civil aplicável aos profissionais liberais ser subjetiva, quando se tratar de obrigação de resultado e não de meio (como ocorre com anestesistas e cirurgiões plásticos, por exemplo), a responsabilidade aplicável será a objetiva.

Eis, por assim dizer, o caso de responsabilidade individualizada que, para melhor elucidação, observam-se os apontamentos de MELO (2013, p. 133):

O médico anestesilogista, mesmo integrando equipe médica, responde individualmente pelos atos e ações praticadas no pré e pós-operatório. Já com relação aos acidentes ocorridos durante a realização do ato cirúrgico propriamente dito, pode ocorrer culpa concorrente entre ele e outros membros da equipe.

Ainda, a equipe médica poderá responder, subjetivamente, por culpa concorrente, quando importar em dano causado; por exemplo, no decorrer da realização de uma cirurgia, se não houver ato passível de individualização.

MELO (2013, p. 74), em sua obra, cita algumas jurisprudências pátrias, dentre as quais se colaciona:

ADMINISTRATIVO - OMISSÃO INEXISTENTE - RESPONSABILIDADE CIVIL - OBRIGAÇÃO DE MEIO, E NÃO DE RESULTADO - ERRO MÉDICO - NEXO DE CAUSALIDADE - REEXAME DE PROVAS - SÚMULA 07 /STJ - MATÉRIA CONSTITUCIONAL - COMPETÊNCIA DO STE. 1 - O acórdão recorrido não está eivado de omissão, pois resolveu a matéria de direito valendo-se dos elementos que julgou aplicáveis e suficientes para a solução da lide. 2 - O Superior Tribunal de Justiça vem decidindo que a relação entre médico e paciente é de meio, e não de fim (exceto nas cirurgias plásticas embelezadoras), o que torna imprescindível para a responsabilização do profissional a demonstração de ele ter agido com culpa e existir o nexo de causalidade entre a sua conduta e o dano causado - Responsabilidade subjetiva, portanto. 3 - O Tribunal a quo, amparado no acervo fático-probatório do processo, afastou a culpa do cirurgião-dentista, e, conseqüentemente, erro médico a ensejar a obrigação de indenizar, ao assentar que não houve equívocos por parte da equipe médica na primeira fase do tratamento e que as complicações sofridas pela requerente não

decorreram da placa de sustentação escolhida pelo profissional de saúde. Assim, concluiu que a conduta se mostrara coerente com o dever profissional de agir, inexistindo nexo de causalidade entre os atos do preposto da União e os danos experimentados pela autora. 4 - Fica nítido que a convicção formada pelo Tribunal de origem decorreu dos elementos existentes nos autos. Rever a decisão recorrida importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal, nos termos da Súmula 07 /ST J. 5 - Alegações de violação de dispositivos e princípios constitucionais não podem ser analisadas em recurso especial, por serem de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102 da Carta Magna. 6- Recurso especial conhecido em parte e não provido (STJ-REsp 1.184.932- (2010/0043325-8) -2ª T.- Rel. Min. Castro Meira-DJe 16.02.2012-p. 584).

No entanto, em regra, a responsabilidade será individualizada sempre que for possível atribuir a capacidade técnica a um único profissional; caso em que este poderá ser responsabilizado, individualmente, por seus atos.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A responsabilidade civil atribuída a profissionais liberais e a equipes médicas comporta nuances, juridicamente, relevantes. No que concerne aos profissionais liberais da área da saúde, obtivera-se a existência de uma relação contratual, donde advém a responsabilidade civil. Esta, por sua vez, poderá ser objetiva ou subjetiva, a depender do tipo de obrigação assumida; ou seja, a obrigação de resultado ou de meio, respectivamente. Entretanto, que se frise ser a responsabilidade civil subjetiva a regra, aplicável à maioria dos casos, ao passo que a objetiva se reveste do caráter da excepcionalidade.

Quanto às equipes médicas, embora a regra, também, seja a subjetividade da prestação do serviço, sempre que possível alcançar o profissional, individualmente; assim se deve proceder, pois existirão casos em que, também, aplicar-se-á a exceção da responsabilidade objetiva, quando se tratar de obrigação de resultado e não de meio.

## **NUANCES OF CIVIL LIABILITY OF PROFESSIONALS OF HEALTH AND MEDICAL TEAMS**

### **ABSTRACT**

Although often professionals of the health area by integrating medical teams to perform certain procedures, there are differences between the individual and team professional experience, as well as on the type of obligation assumed by each professional who eventually compose the medical team. In the field of civil liability, results in considerable legal variants.

**Keywords:** Right to Health. Civil Liability. Professionals of Health. Medical Teams.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Artur Cristiano. **Responsabilidade civil do cirurgião dentista**. 2. ed. Leme: JHMizuno, 2016.

CORDEIRO, Fernando; *et. al.* **Responsabilidade civil do médico e a inversão do pensamento jurídico sobre o tipo da atividade**. In: SCIELO. Revista Brasileira de Coloproctologia. Versão Online. 2011, Vol. 31, nº 1, pp. 58-63. ISSN 0101-9880. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-98802011000100008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-98802011000100008&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 09 set. 2018.

DAGOSTINI, Leandro. **Responsabilidade civil dos planos de saúde privados nos casos de erros médicos**. In: Artigos. OAB SC. Publicado em 10 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.oab-sc.org.br/artigos/responsabilidade-civil-dos-planos-saude-privados-nos-casos-erro-medico/486>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

MELO, Nehemias Domingos de. **Responsabilidade civil por erro médico: doutrina e jurisprudência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Responsabilidade do profissional liberal**. In: Institucional. Jurisprudência. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia/jurisprudencia-em-foco/cdc-na-visao-do-tjdft-1/responsabilidade-civil-no-cdc/responsabilidade-do-profissional-liberal>>. Acesso em: 09 set. 2018.

TJRS – Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Responsabilidade civil dos profissionais liberais**. In: JusBrasil. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22904650/apelacao-civel-ac-70040587248-rs-tjrs?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 09 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/125112747/apelacao-civel-ac-70054721568-rs>>. Acesso em: 09 set. 2018.